



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Fevereiro 2026

v. 6 n. 56

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Fevereiro 2026

v. 6 n. 56

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.

Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva

Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira

Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

EDUCAÇÃO, QUESTÃO SOCIAL E DIREITOS SOCIAIS
EDUCATION, SOCIAL QUESTION, AND SOCIAL RIGHTS
EDUCACIÓN, CUESTIÓN SOCIAL Y DERECHOS SOCIAL

Thayane Nasaré Diniz Bento da Silva
Orientadora: Prof^a. Dra. Karina Bortolon Pires de Lima

RESUMO

A educação constitui-se como um direito social fundamental e um importante instrumento de enfrentamento das desigualdades sociais produzidas pela dinâmica da questão social no contexto capitalista. Enquanto espaço de formação humana, a escola reflete as contradições sociais, econômicas e políticas presentes na sociedade, ao mesmo tempo em que possui potencial para a promoção da cidadania e da inclusão social. A questão social, expressa por meio da pobreza, da exclusão, da precarização do trabalho e da violação de direitos, impacta diretamente o processo educativo, limitando o acesso, a permanência e o sucesso escolar de amplos segmentos da população. Nesse cenário, os direitos sociais assumem papel central na garantia de condições dignas de vida e na efetivação da educação como política pública. A articulação entre educação, políticas sociais e a atuação de profissionais comprometidos com a justiça social revela-se fundamental para o fortalecimento da democracia, a redução das desigualdades e a construção de uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: Educação; questão social; direitos sociais; políticas públicas; desigualdades sociais.

ABSTRACT

Education constitutes a fundamental social right and an important instrument for confronting social inequalities produced by the dynamics of the social question within the capitalist context. As a space for human development, the school reflects the social, economic, and political contradictions present in society, while also holding the potential to promote citizenship and social inclusion. The social question, expressed through poverty, exclusion, labor precarization, and the violation of rights, directly impacts the educational process, limiting access, retention, and academic success for broad segments of the population. In this scenario, social rights play a central role in ensuring dignified living conditions and in the realization of education as a public policy. The articulation between education, social policies, and the work of professionals committed to social justice proves fundamental to strengthening democracy, reducing inequalities, and building a more egalitarian society.

Keywords: Education; social question; social rights; public policies; social inequalities.

RESUMEN

La educación se constituye como un derecho social fundamental y un importante instrumento para el enfrentamiento de las desigualdades sociales producidas por la dinámica de la cuestión social en el contexto capitalista. Como espacio de formación humana, la escuela refleja las contradicciones sociales, económicas y políticas presentes en la sociedad, al mismo tiempo que posee el potencial de promover la ciudadanía y la inclusión social. La cuestión social, expresada a través de la pobreza, la exclusión, la precarización del trabajo y la violación de derechos, impacta directamente el proceso educativo, limitando el acceso, la permanencia y el éxito escolar de amplios sectores de la población. En este escenario, los derechos sociales desempeñan un papel central en la garantía de condiciones de vida dignas y en la efectivación de la educación como política pública. La articulación entre educación, políticas sociales y la actuación de profesionales comprometidos con la justicia social resulta fundamental para el fortalecimiento de la democracia, la reducción de las desigualdades y la construcción de una sociedad más igualitaria.

Palabras clave: Educación; cuestión social; derechos sociales; políticas públicas; desigualdades sociales.

1 INTRODUÇÃO

A educação ocupa papel central na organização da sociedade, sendo reconhecida como um direito social fundamental e um instrumento essencial para a promoção da cidadania e da emancipação humana. No entanto, em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais, como a brasileira, o acesso à educação de qualidade revela-se permeado por contradições estruturais que expressam a chamada questão social, fruto das relações desiguais produzidas pelo modo de produção capitalista (Iamamoto, 2015).

A questão social manifesta-se por meio de múltiplas expressões, tais como pobreza, exclusão social, desemprego, precarização das condições de vida e negação de direitos, atingindo diretamente a garantia e a efetivação das políticas sociais (Netto, 2011). Nesse contexto, a educação, enquanto política pública e direito social assegurado legalmente, assume papel estratégico no enfrentamento das desigualdades, ao mesmo tempo em que sofre os impactos das limitações impostas pelas dinâmicas econômicas e políticas vigentes (Frigotto, 2010).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou um marco na consolidação dos direitos sociais, ao reconhecer a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Contudo, apesar dos avanços legais,

persistem desafios significativos relacionados ao acesso, à permanência e à qualidade da educação, especialmente para as classes socialmente vulnerabilizadas. Tais desafios evidenciam a tensão existente entre o reconhecimento formal dos direitos sociais e sua efetiva materialização no cotidiano da população (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Diante desse cenário, este trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: de que maneira a educação, enquanto direito social, tem contribuído para o enfrentamento da questão social, considerando os limites e possibilidades impostos pela realidade social brasileira? A hipótese que orienta o estudo é a de que, embora a educação seja fundamental para a construção da cidadania e da consciência crítica, sua capacidade de transformação social encontra limites nas próprias contradições do sistema capitalista e na fragilização das políticas públicas (Frigotto, 2010).

O objetivo geral desta monografia é analisar a relação entre educação, questão social e direitos sociais, compreendendo o papel da educação no enfrentamento das desigualdades sociais. Como objetivos específicos, busca-se: conceituar a questão social e suas principais expressões (Iamamoto, 2015); compreender a educação como política social e direito garantido legalmente (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996); e refletir sobre os desafios contemporâneos para a efetivação da educação enquanto direito social (Saviani, 2012).

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate acerca da educação como instrumento de garantia de direitos e de enfrentamento da questão social, contribuindo para a produção de conhecimento crítico no campo das políticas sociais (Netto, 2011).

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos que discutem a questão social, a educação e os direitos sociais, bem como em documentos legais que normatizam a política educacional brasileira (Brasil, 1988; Brasil, 1996).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é reconhecida como um direito social fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988, bem como como um direito humano universal, conforme estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Enquanto direito social, a educação tem como finalidade garantir o acesso igualitário e universal a um ensino de qualidade, livre de qualquer forma de discriminação, visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Entretanto, ao analisar a realidade educacional brasileira, constata-se que tal direito ainda não se concretiza de maneira plena e equitativa para toda a população.

No caso brasileiro contemporâneo, entendemos que sua formação econômico-social apresenta o modo de produção capitalista, como hegemônico, e sua própria história está vinculada à constituição desse modo de produção nas formações centrais da Europa, mediante o processo de colonização. Essa dinâmica implicou numa inserção dependente e periférica, na totalidade das cadeias globais de produção do capitalismo, salientando que esse modo de produção foi o primeiro a se internacionalizar, se tornando hegemônico. O caso brasileiro, assim como o da América Latina tem essa especificidade, especialmente quando refletimos sobre os tipos de revoluções burgueses que se processaram na região, que foram distintas dos processos políticos que ocorreram em países como França e Inglaterra (Fernandes, 2020).

As políticas públicas e sociais surgem como respostas às múltiplas expressões da questão social, presentes desde a consolidação do sistema capitalista. Nesse sentido, tais políticas têm como objetivo mitigar as desigualdades e enfrentar as problemáticas sociais decorrentes das contradições desse sistema. Conforme destaca Leite (2019), as políticas sociais possuem origem intrinsecamente vinculada ao capitalismo, sendo suas intervenções operacionalizadas por meio do Estado, que atua de forma mediadora na tentativa de regular os conflitos sociais e garantir, ainda que de maneira limitada, a reprodução da força de trabalho e a manutenção da ordem social.

No contínuo do tempo, a relação entre questão social e a política de Educação precisa ser compreendida, uma vez que essa análise permite pensar de forma crítica e contextualizada as aproximações das categorias analíticas da esfera da ciência e da intervenção no campo da Educação cuja análise remete à necessidade de aprender a categorizar e a decifrar as múltiplas expressões da questão social (Iamamoto, 2007, p. 27).

De tal forma, compete ao Estado assegurar o acesso universal, gratuito e de qualidade à educação para todos os cidadãos, desde a educação infantil, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Tal responsabilidade inclui a garantia de uma educação inclusiva, capaz de atender às necessidades educacionais específicas das pessoas com deficiência, bem como a formulação e implementação de políticas e programas que promovam a igualdade de oportunidades no acesso, na permanência e na conclusão dos processos educacionais.

Enquanto direito social, a educação também compreende a formação inicial e continuada de professores qualificados, a valorização do trabalho docente e a participação da sociedade na gestão democrática e na fiscalização das políticas educacionais. Esses elementos são fundamentais para a efetivação de um sistema educacional comprometido com a qualidade social do ensino e com a construção da cidadania (Brasil, 1988; Brasil, 1996).

Apesar de seu reconhecimento legal como direito social, a educação brasileira ainda enfrenta inúmeros desafios, expressos na desigualdade de acesso, na evasão escolar, na precarização da infraestrutura educacional e na desvalorização dos profissionais da educação, fatores que evidenciam os limites da efetivação desse direito em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais (Saviani, 2013).

O campo da educação no Brasil organiza-se a partir das dimensões da educação formal e da educação não formal, considerando que a Política de Educação é estruturada por diferentes níveis e modalidades de ensino. Cada uma dessas dimensões apresenta especificidades próprias, que se articulam ao arcabouço conceitual, legal e normativo do campo educacional, estando vinculadas a legislações específicas que regulam seus respectivos níveis e modalidades. Ademais, tais dimensões respondem às atribuições dos entes governamentais

responsáveis por sua implementação, bem como às práticas dos profissionais que atuam nesse campo e aos diferentes segmentos da população por elas atendidos.

Nesse sentido, Almeida (2020) destaca que a educação deve ser compreendida como um processo construído a partir da própria existência humana, assim como os direitos humanos e sociais, os quais precisam estar intrinsecamente inseridos no espaço social, tanto no âmbito individual quanto coletivo, da vida dos sujeitos usuários dessa política pública de caráter universal. Dessa forma, a educação configura-se como um eixo fundante da sociedade, uma vez que responde a uma dimensão estratégica que deve ser desenvolvida sob uma perspectiva emancipatória. Além disso, contribui de maneira significativa para o fortalecimento da cidadania, da democracia, da liberdade e da emancipação social, articulando-se às lutas pelo acesso e pela efetivação dos direitos sociais básicos.

Uma concepção de educação é historicamente marcada por disputas políticas, sociais e econômicas. Não se trata apenas de métodos pedagógicos, mas de diferentes projetos de sociedade que se expressam nas práticas educativas.

A análise dos tipos de educação propostos para a infância revela tensões profundas: de um lado, uma educação que visa a emancipação dos sujeitos; de outro, práticas que reforçam desigualdades e exclusões sociais.

Educação da Infância visa aos processos de desenvolvimento integral dos sujeitos. Portanto, é necessário reafirmar o sentido da Educação da Infância como um bem público, como bem comum (Siqueira, 2020, p.14).

Dessa forma, a educação da infância deve ser vista como um direito garantido a todas as crianças e uma responsabilidade coletiva da sociedade e do Estado.

A desigualdade social no Brasil configura-se como um dos principais entraves à democratização do ensino e à efetivação da educação enquanto instrumento de transformação social. A constituição da escola pública brasileira é marcada por uma trajetória histórica de exclusão, profundamente determinada pelos interesses das elites econômicas e políticas desde os primórdios da República. Longe de ser concebida como um direito universal, a educação formal foi organizada de modo a manter as camadas populares à margem, reforçando um modelo de sociedade voltado à manutenção dos privilégios das classes dominantes (Patto, 2022, p. 110)

A educação é um processo essencial para o desenvolvimento humano e social, pois possibilita o trabalho com a produção do conhecimento e a promoção da formação integral dos indivíduos. Ela não se restringe à simples assimilação de conteúdo, mas envolve a criação de uma consciência crítica que permite ao sujeito interpretar e transformar sua realidade. Por meio da educação, os indivíduos desenvolvem a capacidade de perceber, analisar e questionar o mundo ao seu redor de maneira reflexiva, compreendendo as relações de poder, as estruturas sociais e os mecanismos que influenciam a vida em sociedade.

A promoção de uma educação orientada para a autonomia, a criticidade e o exercício da cidadania pressupõe a superação de concepções pedagógicas tradicionais que se restringem à mera transmissão de conteúdos. Torna-se necessário repensar as práticas educativas, de modo que o educando deixe de ser compreendido como um sujeito passivo do processo de ensino-aprendizagem e passe a ser reconhecido como protagonista de sua própria formação e de sua atuação social.

Nesse sentido, Marinho e Freire (2023, p. 5919) destacam que “a educação eficiente deve partir de uma pedagogia que viabilize o educando compreender o que aprendeu, o porquê chegou a determinado resultado e em que tais descobertas contribuirão para o seu sucesso como agente na sociedade”.

Nesse contexto, a educação deve ser vista como um meio de formação humana e social, não sendo neutra em sua essência. Como afirma Saviani (2011), a escola deve atuar como um espaço de formação, socializando o saber de maneira sistematizada e permitindo que os alunos compreendam o mundo em sua complexidade. Segundo o autor, “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.

Entre os desafios estão a falta de recursos financeiros, a desigualdade social e regional, a falta de políticas públicas efetivas e a falta de oportunidades educacionais adequadas para grupos marginalizados. No entanto, existem oportunidades importantes para superar esses desafios, como o aumento do

investimento em educação, a implementação de políticas públicas inclusivas e a promoção de programas de educação para grupos desfavorecidos.

Em conclusão, a educação como um direito social é fundamental para o desenvolvimento pessoal e social. Enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades para garantir o acesso à educação de qualidade requer esforços conjuntos e políticas públicas efetivas para garantir que todas as pessoas tenham acesso igualitário à educação e possam alcançar seu pleno potencial

3 METODOLOGIA

Para embasamento teórico e elaboração deste estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas, seguidas por análise documental e levantamento de dados. O método aplicado nesta pesquisa será um estudo bibliográfico, com a utilizando artigos de 2013 até 2023, através dos bancos de dados PubMed, Scielo, BIREME e Google Acadêmico.

Deste modo, a pesquisa terá seu regimento nas seguintes etapas para a realização do estudo: primeira etapa foi a escolha e delimitação do tema proposto; segundo, foi a busca em literatura específica, através de livros, revistas, artigos, monografias, etc. A terceira etapa foi uma revisão na literatura escolhida, escolhendo o que melhor oferecer suporte bibliográfico. E a quarta etapa foi a interpretação e síntese do conhecimento na revisão literária no estudo de caso.

Ao caracterizar os tipos de pesquisa, sabe-se que podem ser caracterizada como pesquisa Exploratória, com a finalidade de proporcionar hipóteses e relação ao seu modo de se tornar explícito. Em outras palavras, tem sua metodologia na etapa de levantamento bibliográfico, busca em material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos, teses e dissertações., isto é, referencial especializado, buscando responder às questões levantadas.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Tal dispositivo legal evidencia o caráter coletivo da responsabilidade pela garantia do direito à educação, bem como sua centralidade na formação social dos indivíduos.

Complementarmente, o artigo 206 da Constituição Federal define os princípios que orientam a oferta do ensino no país, dentre os quais destacam-se: a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, com a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; e a gestão democrática do ensino público, conforme previsto em lei (Brasil, 1988). Esses princípios reafirmam o compromisso do Estado com uma educação pública, democrática e socialmente referenciada.

Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 9.394/1996, constitui-se como um dos principais marcos normativos da política educacional brasileira. A LDB define as atribuições do Estado no âmbito da educação e organiza o sistema educacional em seus diferentes níveis e modalidades, além de estabelecer diretrizes relacionadas ao financiamento da educação pública, elemento fundamental para a efetivação desse direito social (Menicucci; Gomes, 2018).

A educação exerce um papel fundamental na sociedade, pois cumpre uma função social central na formação integral do estudante. Ao analisar o lugar da educação no processo de ensino e aprendizagem, percebe-se seu compromisso inegável com a sociedade, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da criticidade, habilidade essencial ao longo do percurso formativo. Nesse sentido, destaca-se a importância de que a formação de professores seja alicerçada em

fundamentos epistemológicos sólidos e orientada por uma perspectiva dialógica, que compreenda a educação como uma política pública complexa, marcada por múltiplas especificidades.

Além disso, o processo educativo deve se sustentar em princípios de igualdade e na construção de uma comunicação efetiva entre escola, família, comunidade e sociedade, garantindo a participação coletiva e fortalecendo a dimensão democrática da educação.

Os resultados obtidos evidenciaram que a midiatização da sociedade se configura simultaneamente como um desafio e uma possibilidade para o campo educacional. Embora as tecnologias digitais ampliem o acesso à informação, elas podem também aprofundar desigualdades quando não são acompanhadas por propostas pedagógicas éticas, críticas e inclusivas. Nesse contexto, a escola assume o papel fundamental de espaço de acolhimento, formação crítica e enfrentamento dos processos de exclusão social.

Os objetivos propostos neste artigo foram atingidos, uma vez que a análise do diálogo estabelecido entre os autores selecionados possibilitou a compreensão das potencialidades e dos limites da educação enquanto instrumento de transformação social. Evidenciou-se, ainda, a necessidade urgente de políticas públicas e de ações formativas voltadas ao fortalecimento de uma prática docente crítica, comprometida com a promoção da justiça social.

Como encaminhamento para estudos futuros, sugere-se a realização de pesquisas de caráter empírico que investiguem a efetividade de práticas pedagógicas inovadoras, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Investigações que privilegiem a escuta de professores e estudantes, bem como experiências que articulem tecnologias digitais, participação comunitária e protagonismo discente, podem contribuir para a construção de uma educação efetivamente emancipadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível analisar a educação enquanto direito social fundamental e seu papel na construção da cidadania e na mitigação das desigualdades sociais. Observou-se que, embora a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabeleçam a educação como um direito universal e dever do Estado, a efetivação desse direito enfrenta diversos desafios no contexto brasileiro. Entre eles destacam-se a desigualdade de acesso e permanência, a precarização da infraestrutura educacional, a insuficiente valorização dos profissionais da educação e a dificuldade em garantir uma educação inclusiva de qualidade para todos.

A análise da questão social evidenciou que a educação não se insere de forma isolada, mas como parte de um conjunto de políticas sociais destinadas a enfrentar as contradições e desigualdades geradas pelo sistema capitalista. Nesse sentido, a educação deve ser compreendida como um instrumento de emancipação e de fortalecimento da democracia, da liberdade e da cidadania, possibilitando aos indivíduos a construção de uma consciência crítica sobre seu lugar na sociedade e seus direitos.

Ademais, ressaltou-se que a formação de professores e a gestão democrática da educação são fundamentais para a efetivação desse direito social. A educação de qualidade depende não apenas de legislações e políticas públicas, mas também da participação ativa da sociedade, da articulação entre escola, família e comunidade, e da construção de práticas pedagógicas que promovam a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

Por fim, conclui-se que, embora a educação no Brasil tenha avançado em termos legais e normativos, seu pleno alcance enquanto direito social ainda depende da implementação efetiva de políticas públicas inclusivas e de medidas que reduzam as desigualdades estruturais. Estudos futuros podem aprofundar a análise das políticas educacionais específicas, investigando práticas inovadoras que fortaleçam a relação entre educação, questão social e garantia de direitos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Belo Horizonte(MG) -Maio/2007. Disponível em: www.cressmg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8-neyteixeria.doc. Acesso em 07/05/2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 245–262, 2002.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 6ª ed. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LEITE, Juliane de L. Educação & Inclusão Social: estudo de uma comunidade ribeirinha na Amazônia. 71 f. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARINHO, E. F. da S.; FREIRE, M. E. dos S. Como a educação pode potencializar a transformação do campo social? Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 10, p. 5915–5926, 2023.

MENICUCCI, Telma.; GOMES, Sandra. Políticas sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico [recurso eletrônico]. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2013.

